

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

  
MUSEU  
ARQUEOLÓGICO  
DO CARMO

  
LISBOA  
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

  
LETRAS  
LISBOA

  
FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

  
FUNDAÇÃO  
MILLENNIUM  
BCP

# EVIDÊNCIAS DE PRODUÇÃO OLEIRA NOS SÉCULOS XVI E XVII NO LARGO DAS OLARIAS, MOURARIA (LISBOA)

Anabela Castro<sup>1</sup>, Nuno Amaral de Paula<sup>2</sup>, Joana Bento Torres<sup>3</sup>, Tiago Curado<sup>4</sup>, André Teixeira<sup>5</sup>

## RESUMO

Em trabalhos de arqueologia preventiva no Largo das Olarias n.ºs 19-23 e Travessa do Jordão n.ºs 1-15, na Mouraria de Lisboa, foram detectados quatro fornos, atestando a produção oleira entre os séculos XVI e XVII. Todos foram fabricados com tijolos e possuíam duas câmaras, separadas por grelhas assentes em arcos. No seu interior foi recolhido um vasto manancial de materiais cerâmicos, incluindo suportes e desperdícios da produção, tanto de faiança como de cerâmica de barro vermelho sem vidrado, surgindo escassas peças revestidas com vidrados plumbíferos. Este trabalho pretende acrescentar dados sobre a história da produção oleira de Lisboa durante a época moderna, um tema que carece de aprofundamento face à raridade dos contextos de produção como os que agora se publicam preliminarmente.

**Palavras-chave:** Cerâmica, Fornos, Faiança, Idade Moderna, Lisboa.

## ABSTRACT

During the preventive archaeology work in Largo das Olarias n.º 19-23 and Travessa do Jordão n.º 1-15 in the Mouraria neighbourhood (Lisbon), there were found four pottery kilns proving this ceramic production for the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> century. All these brick kilns had a combustion and a firing chamber separated by a grid floor supported by arches. Inside of these ovens it was found a large number of objects, such as kiln furnitures and ceramic wastes of faience, unglazed redware and also some lead-glazed earthenware. This paper aims to bring new information about Lisbon's pottery production in the Early Modern period, a theme that needs continuous inputs due to the rarity of these archaeological sites.

**Keywords:** Ceramics, Kilns, Tin-glazed pottery, Early Modern Age, Lisbon.

## 1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados no conjunto de edifícios situados no Largo das Olarias n.ºs 19 a 23 e Travessa do Jordão n.ºs 1 a 15 enquadraram-se numa perspectiva de minimização de impactos sobre o património decorrentes do Projecto de alterações, promovido pela empresa de investimento imobiliário Sustentoasis S.A.. Em termos administrativos os edifícios localizam-se em plena cidade

de Lisboa, no bairro histórico da Mouraria (Figura 1), freguesia de Santa Maria Maior (coordenadas geográficas: 38°43'0.5"N; 9°08'00.6"O), inseridos no nível II do Plano Director Municipal.

Numa etapa inicial, que decorreu entre 27 de Janeiro e 26 de Março de 2015, escavaram-se oito sondagens de diagnóstico dispersas pelo interior dos edifícios e jardins. Já em fase de obra, e mediante os resultados obtidos, recomeçaram-se os trabalhos de escavação, que decorreram de Fevereiro de 2016 a Junho de

1. Mestranda em antropologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Univ. de Lisboa; anabela.nc@gmail.com

2. Mestrando em arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa; nunoamaraldepaula@gmail.com

3. CHAM – FCSH / NOVA – UAc.; joanabtorres@gmail.com

4. CHAM – FCSH / NOVA – UAc.; tiago.gilcurado@gmail.com

5. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa; CHAM – FCSH / NOVA – UAc.; texa@fcs.unl.pt

2017. A metodologia aplicada procurou adaptar-se às realidades arqueológicas previamente conhecidas. Deste modo, iniciaram-se os trabalhos com recurso à escavação mecânica dos níveis contemporâneos, seguindo-se, a cerca de 0,50m de profundidade, a escavação manual, removendo-se cada unidade estratigráfica individualmente pela ordem inversa à sua deposição. A intervenção desenvolveu-se um pouco por toda a área do edificado e jardins, totalizando 881,55m<sup>2</sup>. A profundidade oscilou entre os 0,60m e os 4m.

Neste texto apresenta-se uma primeira aproximação a parte das evidências arqueológicas reveladas por esta intervenção. Aborda-se um contexto de produção oleira composto por quatro fornos, que certamente laboraram em momentos distintos durante da Idade Moderna, ensaiando a identificação tipológica das estruturas, descrevendo escassos materiais representativos de todo o complexo e bosquejando a integração do complexo na sua realidade espacial e histórica.

As realidades escavadas reportam ao momento de abandono e inutilização das estruturas de combustão, registando-se colmatações com materiais provenientes de despejos de olaria, peças com defeito e suportes de produção. O contexto circunscreve-se a uma área de 6,50m por 6m, que foi dividido em quatro sectores, delimitados pelos fornos ou respectivos muros de suporte: o sector I, a Sudeste, abrangendo os fornos [1131] e [1306]; o sector II, a Nordeste, incluindo o forno [1162], o sector III, a Sudoeste, onde não se registou qualquer testemunho de produção oleira; o sector IV, onde se detectou o forno [1167] (Figuras 2 e 3). Foi deliberado pela tutela que, do conjunto dos quatro fornos, apenas o [1131] fosse escavado na totalidade, intervencionando-se os demais somente até à cota de afectação da obra. Refira-se que, sob este espaço produtivo, foi documentada uma necrópole da Baixa Idade Média, denotando uma completa dessacralização do espaço.

Este trabalho resulta de uma colaboração entre a equipa de escavação, dirigida por um de nós (Anabela Castro), e o grupo de arqueologia do CHAM, visando o estudo integral dos achados. Estão em curso duas dissertações de mestrado sobre estes contextos: uma analisará a estrutura de combustão de um dos sectores da intervenção, o I (por Nuno Amaral de Paula), que por isso é mais circunstanciadamente tratado nestas páginas ao nível dos materiais detectados; outra sobre os contextos funerários escava-

dos nesta área (por Anabela Castro), que aqui não abordamos. Agradecemos a José Carlos Quaresma o auxílio na descrição das pastas cerâmicas.

## 2. OS FORNOS

De entre os quatro fornos identificados, o mais antigo é seguramente o [1306] (Figura 4). Estava bastante afectado pelo alicerce do edifício que sobrepunha as estruturas, a Este, e pelo corredor ([1302], [1303] e [1304]) de acesso a outro forno, o [1131], a Sul, descrito adiante. Da reduzida área que foi possível registar, intui-se uma forma circular, preservando-se 0,96m por 1,40m. Foi construído com recurso a argilas, tijolos e cerâmica doméstica não-vidrada de barro vermelho. As suas paredes tinham cerca de 0,20m de largura, apresentando-se muito queimadas junto à câmara de combustão, efeito das altas temperaturas. Observaram-se nas paredes do forno os negativos do arranque dos arcos que suportavam a grelha, que seria encimada pela câmara de cozedura. Na parte melhor conservada, a Norte, o forno tinha cerca de 1,30m de altura conservada, sendo que a grelha possuía 0,50m de espessura; da câmara de combustão escavaram-se 0,60m. Estratigraficamente registaram-se níveis de aterro, argilo-arenosos, medianamente compactos, com cerâmica de construção, rara cerâmica não-vidrada doméstica e chacota de faiança.

Este forno [1306] foi seguramente condenado pelo [1131], a Oeste, visto que o corredor de acesso deste último, composto pela [1302], [1303] e [1304], se sobrepôs à câmara daquele, tendo implicado a sua destruição (Figura 4). Além disso, parece haver alguma unidade entre este forno [1131] e o que se encontrava imediatamente a Norte, o [1162], não apenas do ponto de vista estrutural, como abordaremos de seguida, mas também em termos da sua disposição, ambos com acesso virado a Este e conformados pelos muros [1019] e [1231]. Estes muros foram interpretados como reforços das próprias estruturas de combustão, destinados a conferir-lhe solidez ante as contínuas operações de aquecimento e arrefecimento (Bugalhão e Folgado, 2001, p. 117). São, contudo, seguramente anteriores aos dois fornos, visto que no seu interior – os paramentos Este e Sul respectivamente – foi detectado revestimento com reboco, incompatível com aquele uso; estes muros preexistentes foram, pois, aproveitados para acomodar aqueles dois fornos [1131] e [1162] que, no quadro

desta área oleira do bairro da Mouraria, poderão ter substituído em conjunto o mencionado [1306].

O forno [1131] era, pois, delimitado a Sul pelo edifício já existente, estando encostado, a Oeste, ao citado muro de reforço [1019] (Figuras 2 e 3). Os materiais empregues na construção foram a argila cozida misturada com cerâmica doméstica não-vidrada, fragmentos de caixas refractárias usadas na produção de faiança e tijolos. As paredes tinham cerca de 0,20m de espessura, sendo que o cerne mais próximo da superfície interior apresentava uma coloração muito vermelha, ficando gradualmente mais rosada à medida que se vai afastando. O fundo foi escavado no substrato geológico e apresentava-se bastante queimado.

Na totalidade, o forno [1131] contava com 2,30m de altura preservada, 2m de comprimento e 1,60m de largura. A câmara de combustão apresentava uma altura de 1,70m, a de cozedura conservava 0,30m e, entre elas, a grelha possuía 0,30m de altura. As câmaras de combustão e de cozedura possuíam forma circular e o fundo era semicircular, preservando-se a totalidade da primeira e apenas o arranque da segunda. O corredor de acesso à câmara de combustão estava orientado a Oeste-Este, acedendo-se àquela pelo seu lado Este. A grelha, encontrada abatida, estava imbricada nas paredes do forno, sendo constituída por tijolos e ligante de argila, desenvolvendo-se em fiadas aparentemente em arco. Adossado à parede externa Norte do forno documentou-se o que restava do apoio do arranque de um dos arcos de sustentação da grelha, num esquema construtivo bastante similar ao do forno de San Agustin, em Múrcia, datado do século XVII (Blanco e Séiquer, 1992, p. 149).

O corredor de acesso à câmara de combustão estava parcialmente afectado pelo alicerce do edifício. No entanto, mantinha-se intacto um primeiro arco constituído por tijolos e argilas bege-alaranjadas [1304]; tinha dimensões de 1,10m de largura, escavando-se apenas 0,60m de altura. Este dava acesso a outro arco de maiores dimensões adossado à entrada do forno, constituído igualmente por tijolos, algumas pedras de pequena dimensão e ligante de argamassa, com um alinhamento de pedras na parte superior [1302]; tinha 1,80m de altura por 1,30m de largura. Estas duas entradas distavam entre si cerca de 0,20m, registando-se uma argila esverdeada muito compacta e plástica a fazer a ligação entre ambas [1303]. Esta estrutura de canal horizontal de perfil

cónico era muito idêntica à do referido forno de San Agustin (Blanco e Séiquer, 1992, p. 149).

A parede da câmara de combustão deste forno [1131] foi alvo de uma remodelação, tendo sido revestida por argilas verdes e abundantes cerâmicas vidradas, fundamentalmente fragmentos de alguidares. No entanto, devido à cor das argilas, facilmente se concluiu que não esteve sob a acção do fogo, pelo que se pode intuir que a operação de conserto não teve os efeitos desejados, redundando no definitivo abandono da estrutura. Sob este revestimento surgiu uma espessa camada de vidro, que cobria as paredes do forno, constituídas por tijolo e argila cozida. Esta cobertura será porventura idêntica à registada na câmara de combustão do forno seiscentista da Rua de Nenhures, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 211), interpretada hipoteticamente como um artificio para permitir a elevação da temperatura no interior do forno (Sebastian, 2010, pp. 302-303).

Estratigraficamente, as camadas que cobriam a grelha eram constituídas por elementos muito grosseiros provenientes da destruição da câmara de cozedura e provavelmente da cobertura, nomeadamente cerâmica de construção submetida a rubefacção e argila vermelha cozida devido às altas temperaturas do forno. Os materiais exumados reportam a cerâmica não-vidrada e chacota de faiança, além de pouco numerosa cerâmica vidrada, faiança já com revestimento estanífero e um numisma de D. Sebastião. Sob a grelha as unidades eram heterogéneas, com coloração que oscilava entre o esverdeado e o castanho, contendo cerâmica de construção e alguns carvões. Os materiais recolhidos são compostos por cerâmica não-vidrada, cerâmica vidrada, barro cozido desforme, trempes, pesos e, com menor frequência, faiança. As últimas realidades estratigráficas eram mais homogéneas, de grão mais fino e com muitos carvões; exumou-se uma moeda sem leitura, cerâmica não-vidrada, chacota de faiança e, mais raramente, faiança já vidrada.

Relativamente ao forno [1162], estava circunscrito por dois muros de reforço a Norte e a Oeste, os já citados [1231] e [1019] (Figura 2 e 3). Tinha planta circular, evidenciando um corredor de acesso que se desenvolvia no sentido Oeste-Este, muito afectado pelo alicerce do actual edifício, permitindo acesso à câmara a partir de Este. O forno era constituído por tijolos e argila cozida misturada com fragmentos de cerâmica doméstica não-vidrada e caixas. As paredes tinham uma espessura de 0,26m, sendo que

os 0,05m junto à câmara apresentavam uma coloração mais vermelha que o restante, resultado das altas temperaturas. Das paredes muito queimadas destaca-se uma fina camada de argila com cerca de 0,01m, fazendo pressupor um revestimento com argila líquida.

As dimensões máximas da câmara de cozedura eram de 2,60m de comprimento por 2,30m de largura, sendo a câmara de combustão de 2m de comprimento por 1,50m de largura. A primeira mantinha conservados 0,90m de altura, tendo-se escavado apenas 0,50m da segunda. A dividir as duas câmaras, ainda intacta e incrustada nas paredes, surgia a grelha, com 0,54m de espessura, formada por arcos quebrados constituídos por tijolos, suportando uma camada de argila muito compacta misturada com cerâmica doméstica e de construção não-vidrada. Documentaram-se 14 orifícios na grelha, de formato circular ou subcircular, oito com cerca de 0,20m de diâmetro junto à parede da câmara de cozedura e seis ao centro com cerca de 0,10m de diâmetro.

Estratigraficamente este forno [1162] estava preenchido por depósitos de aterro. Sobre a grelha registaram-se estratos argilo-arenosos, heterogéneos, medianamente compactos, com elementos resultantes da destruição do forno, tais como abundantes carvões, nódulos de argila e fragmentos de cerâmica de construção submetida a rubefacção, bem como porções de estuque, possivelmente oriundos do colapso dos muros [1019] e [1231]. Destes estratos exumou-se abundante cerâmica não-vidrada, faiança em chacota e já vidrada, assim como um numisma de D. João III.

Quanto ao forno [1167], estamos em crer que será o mais recente dos quatro registados nesta intervenção (Figuras 2 e 3). O muro localizado a Sul, o [1171], com espessura de 0,30m, é coetâneo deste forno e acompanhava a sua parede e corredor de acesso. Já o muro a Este, o referido [1019], é pré-existente, tendo sido afeiçoado para encaixe da parede deste forno, servindo-lhe, em simultâneo, de reforço. Assim, muito embora a parede Este deste forno [1167] e a face Oeste do anteriormente descrito [1162] encostem, não estamos em crer que as duas estruturas de combustão tenham laborado em simultâneo, dadas as altas temperaturas de cozedura que atingiam. Assim, parece-nos lógico que os fornos [1131] e [1162] tenham sido substituídos por este novo [1167], que tinha para mais uma orientação diametralmente oposta, acedendo-se-lhe por Oeste.

Este forno [1167] estava muito afectado a Norte e a Oeste por duas construções posteriores, as paredes [1084] e [1150], pertencentes ao conjunto edificado que sobrepunha estas estruturas arqueológicas. Os materiais empregues na construção foram os tijolos, argilas cozidas, cerâmica doméstica não-vidrada e fragmentos de caixas. As paredes tinham de espessura cerca de 0,30m, evidenciando a parte interior uma argila muito avermelhada, devido à proximidade com as altas temperaturas.

A estrutura foi detectada, maioritariamente, ao nível da grelha, que estava integrada nas paredes do forno. Com 2,60m de comprimento e 2,20m de largura, era constituída por três fiadas de tijolos, no sentido Norte-Sul, que formavam arcos, sobre os quais assentava uma camada sólida de argilas e tijolos. Abriam-se na grelha 13 agulheiros de forma circular, subcircular, quadrangular e rectangular. Os circulares tinham dimensões que rondavam os 0,20m de diâmetro, os rectangulares 0,10m por 0,26m e os quadrangulares 0,20m por 0,20m. Alguns destes orifícios tinham tijolos colocados em cutelo para ajustar as dimensões e controlar a saída de calor.

A câmara de cozedura encontrava-se muito destruída, tendo a parte melhor conservada cerca de 0,15m de altura. A câmara de combustão escavou-se apenas 0,80m abaixo da grelha, verificando-se vestígios intensos de queimado nas paredes. O corredor de acesso, com 1,49m de largura máxima, 0,60m de comprimento conservados e 1,40m de altura, acedia à câmara de combustão pelo lado Oeste, como referido, estando muito afectado. Era igualmente constituído por argila cozida, cerâmica doméstica não-vidrada e tijolos. As suas paredes apresentavam-se rebocadas na face interna por argamassa de cal. A inclinação na parte superior das paredes sugere uma cobertura em abóbada.

Sobre a grelha escavou-se um depósito constituído por um conjunto de materiais não-vidrados de barro vermelho e chacota de faiança, maioritariamente completos. A preencher a câmara de combustão foram escavadas duas camadas areno-argilosas, pouco compactas, com picos de carvão e cerâmica de construção submetida a rubefacção. Exumaram-se abundantes materiais cerâmicos, nomeadamente objectos de faiança colados ou com o vidrado derretido, claramente peças cuja cozedura não teve sucesso; algumas destas peças foram encontradas ainda no interior das caixas. Recolheram-se, igualmente, caixas e cravilhos. As camadas que selavam a entra-

da reportavam as mesmas realidades estratigráficas e os materiais recolhidos incluíam sobretudo cerâmica não-vidrada e faiança em chacota.

Por fim, a cerca de 1m a Oeste deste forno [1167], documentou-se um poço [1151] constituído por pedras calcárias e argamassas, não tendo sido possível aferir a sua cronologia nem a relação com este contexto de produção, embora este tipo de estruturas seja comum nestes locais. Do interior do poço foram removidos depósitos do século XIX com abundante cerâmica de construção, provavelmente proveniente da demolição que decorreu nesta empreitada, embora se tenha escavado apenas 1m de profundidade. Em suma, os quatro fornos identificados nesta intervenção arqueológica são estruturas muito análogas, com duas câmaras de tiro vertical, em que a combustão se produz na parte inferior da câmara onde cozem as cerâmicas. A separação entre as câmaras é feita através de grelhas, sustentadas por arcos com diversos agulheiros, permitindo a passagem do calor da câmara de combustão para a câmara de cozedura. O acesso à câmara de combustão fazia-se através de corredores, canais horizontais parcialmente conservados apenas nos fornos [1167] e [1131], observando-se neste último dois arcos integralmente preservados, o [1302] e o [1304]. Em relação à cobertura não temos indícios de como seria, uma vez que a câmara de cozedura não se preservou em nenhum dos casos, embora no forno [1162] se tenha registado uma parte considerável. São estruturas maioritariamente escavadas no substrato geológico e executadas com recurso a tijolos e argilas misturadas com cerâmicas. À excepção do forno [1306], todos os outros se apoiavam em muros compactos construídos para o efeito, como é o caso de [1171], ou reaproveitando estruturas pré-existentes, como o [1019] e o [1231], circunscrevendo assim as estruturas de combustão.

Com as devidas diferenças regionais ou locais, este tipo de estruturas de câmara dupla e grelha são as mais usuais desde a Antiguidade Tardia no Mediterrâneo, tendo sido retomadas aquando do domínio islâmico na Península Ibérica e perdurado nos séculos seguintes. Paralelamente, a forma circular dos fornos da Mouraria é predominante entre os achados ibéricos de época islâmica, face aos de planta quadrangular. A sustentação da grelha através de arcos também é a solução mais utilizada na Antiguidade e na Idade Média (Conessa e Porras, 2010, pp. 33-34). Com efeito, estes fornos verticais bicamarais com grelha permitiam controlo sobre os gases, fazendo-

-se a sua regulação através dos agulheiros, produzindo cerâmica vidrada e não-vidrada, tanto oxidante como redutora (Conessa, 2009, pp. 238-240).

Em Lisboa, além de fornos de barras, foram também identificadas estruturas de dupla câmara com formato circular, mais modestas que as agora reveladas e com grelhas assentes em pilares, de cronologia islâmica, na zona da Baixa (Bugalhão & *alii*, 2009). De igual cronologia datam os fornos identificados no Largo das Alcaçarias e na Encosta de Santana, de que não foi possível aferir períodos de laboração, mas cujos abandonos foram datados respectivamente da segunda metade do século XII ou início da centúria seguinte e do século XIII (Gómez-Paccard & *alii*, 2014). Do século XV, escavou-se um forno na Rua da Amendoeira, na Mouraria, que se destinava à produção de cerâmica doméstica não-vidrada e telha (Nunes e Filipe, 2012, pp. 149-150).

O forno cerâmico escavado na Mata da Machada (Barreiro), que laborou seguramente na primeira metade do século XVI, tinha características genericamente aproximadas aos agora revelados na Mouraria, com câmara dupla e grelha suportada por arcos em tijolo, mas distinguia-se porém pela sua forma quadrangular e por ter dimensões consideravelmente maiores, próprias de uma produção em larga escala, quer de cerâmica não-vidrada para fins domésticos e para a purga do açúcar, quer de cerâmicas vidradas meladas e verdes para uso quotidiano (Torres, 1990, pp. 132-133; Coelho e Teixeira, no prelo). Um forno quinhentista identificado também na margem esquerda do estuário do Tejo, em Alcochete, aparentemente para produção de telha, tijolo e objectos de uso doméstico não-vidrados, embora tivesse dimensões mais aproximadas aos da Mouraria, a par de uma constituição com dupla câmara e grelha assente em arcos de tijolo, também se afastava destes pela sua forma subrectangular, além de uma composição mais tosca, que incluía um pilar para reforço da estrutura da grelha (Correia, 2007, pp. 70-71).

Os fornos agora descobertos na Mouraria parecem distinguir-se quanto à forma da generalidade das informações documentais de que dispomos sobre as estruturas portuguesas ou europeias para a produção de faiança, que apresentam plantas quadradas ou rectangulares (Sebastian, 2010, pp. 284 e 287). Numa hipotética lógica evolutiva para o caso português, assente nos exemplares da Porta da Lagoa de Évora dos séculos XIII a XVI, os mais antigos de planta ovalada, os mais recentes de forma qua-

drangular, as estruturas agora reveladas na Mouraria de Lisboa teriam, assim, uma feição arcaizante. O mesmo já não se verifica, contudo, no que toca ao suporte da grelha, em que se adoptam os mais recentes suportes em arcos completos, em vez dos muretes perfurados por vão central. No contexto da produção de faiança podemos, assim, assinalar um eventual carácter de transição tecnológica destes achados, a meio caminho entre as pequenas estruturas medievais circulares e os modernos fornos quadrangulares e de maiores dimensões. Esta característica pode hipoteticamente estar relacionada com a ancestralidade do mester neste bairro, mas tem paralelo também nos fornos de faiança de Vila Nova, na foz do Douro. Refira-se que as dimensões do único forno quinhentista de Évora são idênticas aos agora detectados em Lisboa (Sebastian, 2010, pp. 285-287 e 292, usando Almeida & alii, 2008).

Quanto à função de cada um dos fornos agora encontrados, é prematuro avançar se se destinariam ao fabrico de cerâmica não-vidrada, ou de cerâmica com cobertura vidrada estanífera, ou mesmo a ambos tipos, sendo certo que no conjunto dos quatro fornos esta dupla produção ocorreu inquestionavelmente. A questão beneficiará naturalmente do estudo particular dos depósitos que cobrem cada uma das unidades, que aqui não faremos. Fica, contudo, a nota de que os fornos [1131] e [1162], os únicos de entre os quatro que terão laborado em simultâneo, possuem alguma diferença de dimensão, sendo o primeiro mais reduzido (2x1,6m) que o segundo (2,6x2,3m). É sugestiva a hipótese de que este serviria para a cozedura de vidragem, ao passo que aquele se usaria para a cozedura da enchacotagem, numa solução de dois fornos por oficina “por princípio morfológicamente iguais mas de distintos tamanhos”, que parece ter-se imposto em Portugal a partir de época indeterminada antes do século XIX, mas posterior ao século XVI, quando apenas um forno era usado para as duas cozeduras (Sebastian, 2010, p. 278). Refira-se que o forno [1167], que terá condenado estes dois, apresenta dimensões praticamente iguais ao maior antes referido (2,6x2,2m), o que faz pensar numa continuidade técnica neste espaço da olaria lisboeta.

Relativamente ao período de laboração destes fornos e antes mesmo de uma análise exaustiva do espólio, ainda em curso, deve sublinhar-se que, não obstante a evolução proposta – sucessão do forno [1306] pelos [1131] e [1162], a que segue por sua vez o [1167] –, a sua laboração ocorreu em todos os ca-

sos entre finais do século XVI e as primeiras décadas da centúria seguinte. Sabe-se que o período de funcionamento destas estruturas podia não ser longo, dependendo dos materiais construtivos, apresentando fragilidades que podiam ser alvo de remodelações, à semelhança do que aconteceu sem sucesso nas paredes internas do forno [1131], ou simplesmente de substituição. É apontado um período médio de vida de 50 anos para este tipo de fornos, embora tal dependesse de uma série de variantes (Sebastian, 2010, p. 300). Esta realidade é comum a contextos desta natureza, como o do extenso bairro oleiro ducentista de Sainte-Barbe, em Marselha, onde a substituição de estruturas implicou marcada evolução técnica (Marchesi & alii, 1997, pp. 127-164), ou o mais próximo de Mérida, de época moderna, onde se observaram “amortizações sucessivas” de fornos, com várias remodelações em cada estrutura seguidas de substituição por outras novas, ao longo de gerações (Alba, 2008, p. 153).

Por fim, refira-se que os fornos representam as estruturas mais resistentes de uma oficina de olaria, pelo que nem sempre é fácil registar as estruturas associadas, como os tanques de preparação das argilas ou mesmo as bases de torno, por serem mais vulneráveis. Neste caso, a Norte dos fornos [1162] e [1164], encontrou-se uma cova com dimensões máximas de 2,70m por 2,60m, escavada no substrato geológico. Inicialmente pensámos tratar-se de um poço de extração de argilas, mas a inexistência de quaisquer marcas de ferramentas nos cortes fez-nos abandonar essa hipótese. Poderia eventualmente ser o local de despejos das cinzas e carvões, ou de materiais deformados. Dos depósitos escavados recolheu-se um número considerável de fragmentos de trempes, cerâmica não-vidrada e faiança em vários momentos de produção (enchacotada, vidrada e pintada mas não cozida segunda vez e peças acabadas mas apresentando defeitos).

### 3. AS CERÂMICAS

O conjunto cerâmico aqui recuperado caracteriza-se pela presença maioritária de peças com defeitos de fabrico e objectos auxiliares do processo de produção oleira. Em nenhum dos fornos estamos face à derradeira fornada, pelo que os depósitos resultam de enchimentos, sendo provável que estes despejos de olaria procedam de fornos que laboravam nas proximidades ou mesmo de parte dos quatro fornos

que aqui apresentamos, uma vez que estes não laboraram todos em simultâneo, como referido.

Os objectos aqui descartados concentram grandes quantidades de cerâmica esmaltada a branco, comumente decorada a azul. Neste tipo cerâmico enquadram-se ainda os fragmentos de cerâmica em chacota, alguns dos quais aparecem com o vidrado estanífero e a decoração pintada aplicados, mas sem que tivesse ocorrido a segunda cozedura. Estas peças de cozedura oxidante caracterizam-se pelas suas pastas de tonalidades claras, entre o bege, amarelo-claro e rosa-claro. A sua composição é relativamente homogénea, com a presença de quartzo hialino de grão fino em pequena quantidade, minerais negros de grão fino em média quantidade, com algumas inclusões ferruginosas de grão fino. Em alguns exemplares acresce a presença de grandes quantidades de calcite de grão muito fino, denotando-se também uma maior homogeneidade da pasta, podendo estar-se perante uma argila de melhor qualidade.

Em menor quantidade surge representada a cerâmica não-vidrada, com cozeduras oxidantes, mas nem sempre homogéneas, notando-se por vezes uma cozedura redutora-oxidante. As suas pastas apresentam tonalidades entre o vermelho, vermelho-claro e o castanho-avermelhado. Os ENPs são bastante visíveis, ainda que na maior parte dos casos a sua dimensão seja de grão fino a pequeno, com algumas excepções raras a atingir o tamanho médio. A presença de quartzo de hialino de grão fino a pequeno é constante, bem como a dos minerais negros de grão fino a pequeno. Na maior parte dos objectos nota-se também a calcite e a mica branca, ainda que com menor densidade. Por vezes, surgem também alguns nódulos de chamota de pequena dimensão. Estas pastas mostram-se mais heterogéneas, com uma consistência menos compacta que as utilizadas na faiança, não sendo rara a existência de vácuos de pequena dimensão.

Nalguns exemplares, foi aplicado um engobe vermelho em ambas as superfícies, por vezes associado ao brunimento da superfície interna, o que reforça as suas características impermeabilizantes. Algumas formas apresentam ainda notas decorativas que acrescentam valor estético, e possivelmente venal, aos objectos, nomeadamente na aplicação do brunimento com motivos geométricos na superfície externa de formas fechadas, como talhas, ou na modelação manual dos corpos cerâmicos, tanto em formas fechadas como abertas.

Menos representadas estão as cerâmicas revestidas com vidrado plumbífero de coloração verde, com pouca expressão no conjunto total analisado e que aqui não trataremos. Neste grupo parecem distinguir-se dois tipos de pastas. Um com coloração laranja a vermelha, com presença abundante de quartzo hialino de grão fino a pequeno, de calcite de grão muito fino em alguma quantidade, de minerais negros de grão fino e de alguns fragmentos de chamota de grão pequeno, a par de alguns vácuos de pequena a média dimensão. Outro de tonalidades mais claras, entre o bege e o rosa, com uma menor presença de quartzo hialino de grão fino a pequeno, de calcite de grão muito fino em média quantidade, de minerais negros de grão fino e com algumas inclusões ferruginosas de grão fino, a par de alguns vácuos de pequena dimensão. As cerâmicas vidradas plumbíferas estão atestadas pela presença de escória, acumulações de vidrado em peças deformadas e queimadas, bem como escorrimentos em trempes. A forma mais recorrente é a dos alguidares vidrados a verde na superfície interna e zona do bordo.

De entre a cerâmica descartada contamos com problemas distintos no processo de fabrico. Alguns objectos passaram por um pouco rigoroso processo de secagem antes da primeira cozedura, o que levou a que algumas peças em biscoito ficassem com fendas. Noutros casos houve uma deficiente aplicação do vidrado estanífero, que originou falhas de vidrado depois da segunda cozedura. Finalmente, a falta de controlo da temperatura do forno na cozedura de vidragem levou a que se atingissem por vezes temperaturas demasiado elevadas e que induziram a um processo de fundição das peças, no caso das faianças envolvidas pelas próprias caixas (Figura 5a, 5l).

Relativamente à faiança, debruçamo-nos sobre exemplares pontuais provenientes de várias áreas deste complexo oleiro e que constituem claramente defeitos de produção. Surgem duas formas fundamentais: os pratos de aba e as tigelas.

Os pratos apresentam uma altura de 3,2cm, com pé anelar baixo, de 6,8cm de diâmetro, caldeira e bordo exvertido de lábio arredondado formando aba com 16cm de diâmetro (Figura 6a). O fundo surge delimitado com um tema decorativo, enquadrado por duas linhas circulares concêntricas. A caldeira não é pintada, demarcando-se visualmente como uma banda concêntrica a branco. A aba do prato é pintada com padrões vegetalistas ou geométricos (Figura 5a-5f). Este tipo formal e decorativo de prato tem

sido enquadrado nas produções do último quartel do século XVI e inícios da centúria seguinte (Casimiro, 2013, pp. 335-336). É interessante notar que esta configuração se aproxima visualmente dos pratos de aba de porcelana chinesa do reinado Jiaping, especialmente os da segunda metade de Quinhentos (Matos, 1996, pp. 60-61, 64-65, 68-69, 71), parecendo reproduzir a sua forma e modelo decorativo. Relativamente aos motivos decorativos representados nas abas destes pratos de faiança, os semicírculos concêntricos intercalados com três contas (Figura 5d) encontram paralelo num exemplar seiscentista do Pátio dos Estudos Gerais, em Salvador da Bahia, Brasil (Gomes, 2011, vol. II, p. 62, LA 95), parecendo anteceder a estilização deste desenho que se tornará comum a partir de 1640 (Casimiro, 2010, p. 647). Os “enrolamentos” (Figura 5f) parecem beber influência de motivos orientais presentes em porcelanas chinesas desde as primeiras décadas do século XVI (Matos, 1996, pp. 26 e 56), mas que continuam a ser reproduzidos ao longo desta centúria (Matos, 1996, p. 57); estes motivos encontram-se nas faianças seiscentistas do convento de S. Francisco de Lisboa (Torres, 2011, p. 392, CSF/Lx.93/316) e da Praça da Sé, em Salvador da Bahia (Gomes, 2011, vol. II, pp. 62, 66 – MAE 155, MAE 649). As ramagens enquadadas por cartelas redondas sequenciais e separadas por conjuntos de linhas horizontais paralelas (Figura 5f) encontram exemplar semelhante também na Praça da Sé (Gomes, 2011, vol. II, p. 117 – MAE 160). Já os pêssegos envolvidos por ramagens (Figura 5d) registam-se num prato de finais do século XVI ou primeira década da centúria seguinte em Carrickfergus, na Irlanda do Norte (Casimiro, 2010, p. 367). Os fundos destes pratos reproduzem paisagens retractando animais envolvidos por vegetação no seu habitat natural (Figuras 5b, 5d, 5e, 5f), mais uma vez mimetizando modelos chineses de meados do século XVI em diante (Matos, 1996, pp. 78-83); neste caso, representam-se aves, coelhos e cães, numa adaptação à fauna autóctone. Um outro exemplar coloca em destaque no fundo um elemento figurativo, um coração alado envolvido por pontuais motivos vegetalistas (Figura 5c). Esta temática é recorrente na faiança portuguesa do século XVII, destacando-se o exemplar de Ferryland, na Terra Nova como paralelo (Casimiro, 2010, p. 642). Neste mesmo contexto da Mouraria foram identificados pratos que, embora formalmente idênticos aos anteriores, têm uma clara variação decorativa,

surgindo exemplares com parte (Figura 5g) ou a quase totalidade da caldeira (Figura 5c) decoradas, estreitando consideravelmente a sua dimensão visual. Neste esquema observam-se pétalas oblíquas entremeadas por ramagens estilizadas ocupando parte da caldeira do prato (Figura 5g), com paralelo em fragmentos seiscentistas da Praça da Sé de Salvador da Bahia (Gomes, 2011, vol. II, p. 56 – MAE 213); no fundo, a decoração parece ampliar-se, passando a destacar-se um elemento central vegetalista. Refira-se ainda a utilização deste mesmo tipo de pétalas mas sem outro elemento decorativo, concentricamente dispostas na aba e caldeira do prato (Figura 5c). Este tema surge em contextos de consumo das primeiras décadas do século XVII em Plymouth (Casimiro, 2010, pp. 252-299) e de meados da mesma centúria nesta cidade britânica (Casimiro, 2010, pp. 300-302) e em Exmouth (Casimiro, 2010, p. 123). Atesta-se ainda nos sítios seiscentistas do convento de São Francisco de Lisboa (Torres, 2011, p. 371), no Palácio Mogo de Melo de Torres Novas (Carreira, 2005, p. 45), no Galeão *Sacramento*, afundado em 1668 em Salvador (Gomes, 2011, vol. I, p. 129; vol. II, p. 51) e na Praça da Sé da mesma cidade brasileira (Gomes, 2011, vol. I, p. 129; vol. II, p. 52 – MAE 106, MAE 727), ainda que nestes casos as pétalas sejam em menor número e de dimensões maiores.

Quanto às tigelas têm forma hemisférica em torno dos 7cm de altura, pé anelar baixo com 6cm de diâmetro e bordo arredondado ligeiramente exvertido com 14cm de diâmetro, tendo decoração a azul em ambas as superfícies (Figura 6b). Apesar de formalmente semelhantes, salientamos duas abordagens decorativas distintas. Uma em que a face externa foi pintada com um elemento vegetalista relativamente simples, ao passo que a interna apresenta um fundo com profusos motivos vegetalistas enquadados por duas linhas paralelas concêntricas, de onde partem uma sucessão de cartelas com o mesmo elemento decorativo, uma eventual abstracção de “laços suspensos de fitas” comuns na decoração de alguns objectos de *Kraakporselein* (Matos, 1996, pp. 126-127) (Figura 5h).

Um segundo tipo decorativo das tigelas caracteriza-se por ter na face interna o fundo delimitado com um cenário pintado, mais ou menos elaborado, enquadado por duas linhas concêntricas, a partir do qual se desenvolvem cartelas em chaveta com o mesmo elemento decorativo (Figura 5j, 5k). A sua face externa surge integralmente pintada com ban-

das de duas linhas verticais, tendo no seu interior uma linha em ziguezague vertical. A composição da face interna imita, como aludimos anteriormente, os padrões decorativos chineses, desde a utilização da cartela em chaveta, à reprodução de cenários bucólicos, por vezes integrando pontes e pagodes em madeira (Figura 5j), assim como de alguns símbolos clássicos, como o pêssego ou a peónia (Figura 5i). A utilização destas cartelas com pêssegos tem correspondência na aba do prato nº 55 do Museu Nacional de Arte Antiga (Pais, 2012, p. 352). Outro exemplar recolhido na Mouraria (Figura 5l) encontra semelhanças num exemplar de finais do século XVI e primeira década da centúria seguinte de Carrickfergus, na Irlanda do Norte (Casimiro, 2010, p. 363).

Esta combinação decorativa das tigelas remete, pois, para um esquema decorativo bem distinto dos pratos acima referidos. As decorações das tigelas mimetizam as porcelanas do reinado Wanli (1573-1619), quando a Europa se inundou de *Kraakporselein* (Matos, 1996, p. 31). Com efeito, durante as primeiras décadas do século XVII parece assistir-se a uma alteração dos motivos de inspiração oriental na faiança portuguesa, com a imitação destes novos enquadramentos decorativos, documentados arqueologicamente até cerca de 1660 (Casimiro, 2010, pp. 660-666).

Neste contexto arqueológico da Mouraria foram também recolhidos inúmeros fragmentos de caixas refractárias, também designadas “cassetes”, “casetas”, “cazetes”, “gazetas”, “embaixas”. O seu objectivo era preservar as peças no processo de vitrificação durante a segunda cozedura (Sebastian, 2010, p. 426). De forma cilíndrica, distinguiram-se dois tipos: um de dimensões mais reduzidas, com bordo vertical e fundo plano (Figura 5i), que recebia peças individualmente (“caixas cegas”, segundo Sebastian, 2010, p. 435), associando-se às tigelas; outro de maiores dimensões, de bordo vertical e aberto no fundo, com uma série de orifícios de secção triangular ao longo da sua estrutura vertical (três orifícios por cada prato), para o encaixe de cravilhos, suportando vários pratos de aba (Figura 5m). Esta variação tipológica encontra paralelo nos tipos II e I, respectivamente, identificados no sítio da Rua das Madres, em Lisboa (Krus e Manso, 2016, p. 19), bem como nos exemplares do nº10 da Rua de Buenos Aires (Batalha & *alii*, 2012, p. 436), no Largo de Santos e no Largo de Jesus, na mesma cidade (Casimiro, 2010, pp. 491-492). De facto, esta técnica oleira terá sido comum nas olarias

lisboetas dos séculos XVII e XVIII, ao contrário do que aconteceria em Coimbra e Vila Nova, onde o recurso a trempes era maioritário (Sebastian, 2012, pp. 942-943).

Relativamente à cerâmica não-vidrada reconheceu-se uma panóplia de formas de uso doméstico, aqui exemplificadas apenas com achados do sector I e formando uma tipologia ainda muito básica; privilegiou-se o registo de peças que, no âmbito destes achados, comprovadamente tenham sido produzidas nesta área, pela presença de numerosos testemunhos de peças deformadas.

Assim, no contexto dos recipientes de cozinha para ir ao fogo registaram-se tachos, panelas e respectivos testos. Os tachos têm bordo ligeiramente exvertido, espessado interior e exteriormente, com lábio arredondado e 14,6cm de diâmetro, fundo convexo com 11,2cm de diâmetro e corpo hemisférico com 6,3cm de altura, registando-se duas pegas triangulares opostas a arrancar do bordo. Alguns exemplares apresentam ambas superfícies revestidas por engobe vermelho e a superfície interna brunida. As panelas têm forma globular com 12cm de altura, sendo o bordo invertido, mas espessado exteriormente, com lábio aplanado de secção subrectangular e 11,6cm de diâmetro, ao passo que o fundo é plano e tem 8cm de diâmetro, conservando-se duas asas verticais em lados opostos da peça (Figura 6e); estas panelas pela sua forma e dimensões poderiam ser também usadas no acondicionamento de produtos. Já os denominados prato-testo têm bordo exvertido, espessado exteriormente, lábio de secção subtriangular, com 24cm de diâmetro, fundo em pé anelar plano de 7,5cm de diâmetro e 4,3cm de altura; ambas superfícies foram revestidas com engobe vermelho, sendo a interna brunidas (Figura 6c). Foram também reconhecidos outros tipos de testo, com 2,6cm de altura, fundo plano com 5,8cm de diâmetro, bordo exvertido e espessado, com o lábio arredondado e 16,2cm de diâmetro, bem como uma pega em “botão” na face interna na zona central; ambas superfícies foram revestidas com engobe avermelhado (Figura 6d).

Quanto aos recipientes que podem ser relacionados com a mesa, reconheceram-se até ao momento as tigelas e os púcaros. Das primeiras podemos individualizar dois tipos bem distintos. Um de forma hemisférica com cerca de 6cm de altura, bordo exvertido, espessado exteriormente, lábio arredondado, com 16cm de diâmetro, fundo plano com 8cm

de diâmetro e revestimento das superfícies com engobe vermelho, sendo a interna brunida (Figura 6f). O outro com 6,8cm de altura, bordo exvertido e espessado exteriormente com 14cm de diâmetro, lábio aplanado, fundo plano com 5,8cm de diâmetro, sendo as superfícies revestidas com engobe vermelho. Esta peça apresenta decoração modelada, destacando-se as caneluras verticais concêntricas ao longo do bojo, a par da aplicação de asas oblíquas, de carácter igualmente decorativo (Figura 6g). Dos segundos reconheceram-se três tipos: um de 9,5cm de altura, bojo globular, estrangulado no arranque para o colo, bordo exvertido, com lábio arredondado de 6,5cm de diâmetro, fundo plano com 4,7cm de diâmetro e uma asa vertical de secção subtriangular, apresentando ambas superfícies revestidas com engobe vermelho e pequena canelura em relevo a marcar o colo (Figura 6i); outro de 9,6cm de altura, bojo globular, estrangulado no arranque para o colo destacado, bordo exvertido e espessado exteriormente, com lábio arredondado, de 7cm de diâmetro, fundo plano com 4,5cm de diâmetro e uma asa vertical de secção subtriangular, apresentando ambas superfícies revestidas com engobe vermelho e pequena canelura em relevo a marcar o colo (Figura 6h); finalmente, um púcaro de forma ovóide, com estrangulamento a demarcar o arranque do bordo exvertido e espessado exteriormente, com duas caneluras paralelas e concêntricas a demarcarlo exteriormente, o seu diâmetro é de 8cm e a altura de 9cm, de fundo plano com 5cm de diâmetro e asa vertical de secção subtriangular (Figura 6j).

Registaram-se também formas para conter líquidos, como bilhas ou jarros. As primeiras, de corpo globular e com estreito gargalo de 3,6cm de diâmetro mínimo, têm 25,5cm de altura, bordo exvertido espessado exteriormente, lábio de secção triangular, e 5cm de diâmetro, fundo plano com 11cm de diâmetro e duas asas verticais opostas, de secção triangular, com arranque na zona do ombro do bojo e terminando sensivelmente a meio da peça, sendo as paredes revestidas com engobe vermelho (Figura 6l). Os segundos, de corpo ovóide, com uma asa vertical e fundo plano com 9cm de diâmetro; as superfícies são revestidas com engobe vermelho (Figura 6k).

Estas peças não-vidradas de uso doméstico assemelham-se muito a outras identificadas na Mouraria, na Rua do Benfornoso, nº168/186, como pertencendo a dejectos de produção cerâmica dos inícios da época moderna, embora estendendo-se ao sécu-

lo XVII (Marques, Leitão e Botelho, 2012, pp. 126-129). Distinguem-se, contudo, das identificadas no Quarteirão dos Lagares, de cronologia mais indefinida (Nunes e Filipe, 2012, pp. 149-150).

#### 4. AS OLARIAS DA MOURARIA

Os achados agora revelados inserem-se no bairro histórico da Mouraria, fundado logo após a conquista da cidade por D. Afonso Henriques em 1147, sendo o local destinado ao assentamento das populações muçulmanas que aqui permaneceram. Aqui puderam estabelecer as suas habitações, mantendo os seus usos e costumes e gozando de uma relativa autonomia administrativa, com o estatuto de comuna. O bairro, inicialmente circunscrito à vertente imediatamente a Norte do morro do castelo e no exterior da Porta de São Vicente da cerca fernandina, onde se localizavam mesquita, escola, banhos e açougue, veio a estender-se para a outra encosta do vale, o denominado arrabalde novo, implantando-se aí as olarias, até ao almocávar, incluindo a par moradores muçulmanos e cristãos (Oliveira e Viana, 1993; Barros, 1998). O estabelecimento deste ofício conduziu à urbanização deste local, que conservou, contudo, uma feição de ruralidade, coabitando as oficinas com os olivais e lagares de azeite, estes estabelecidos na mesma rua desde pelo menos os inícios do século XVI (Azevedo, 1899/1900, p. 267).

É abundante a documentação que refere a existência de oleiros muçulmanos e cristãos nos finais da Idade Média, implantados entre a encosta de Nossa Senhora do Monte e a Porta de São Vicente, com intensa actividade e recebendo privilégios da Coroa (Azevedo, 1899/1900, pp. 272-273; Trindade, 2009, p. 120-125). Na mencionada intervenção arqueológica no Quarteirão dos Lagares, cerca de 100m a Sudeste da área aqui analisada, foram identificados contextos interpretados como áreas de lixeira ou despejos de produção cerâmica dos séculos XVI-XVII, mas também dos séculos XIV-XV (Nunes e Filipe, 2012, pp. 149-150). No mesmo local haviam sido detectados abundantes dejectos cerâmicos dos séculos XV-XVI, numa intervenção dirigida por Armando Sabrosa. O mesmo sucedeu na referida escavação da Rua do Benfornoso, nº168/186, junto das traseiras da Rua das Olarias, 200m a Noroeste da área em que aqui trabalhamos, onde se recuperou copiosa cerâmica desta cronologia, com possível continuidade para o século XVII (Marques, Leitão e

Botelho, 2012, pp. 126-129). Na Rua da Amendoeira documentou-se um forno de cerâmica e telha datado do século XV, além de contextos com espólio dos séculos XIII-XIV. São achados sobre os quais se carece de uma visão de conjunto e, nalguns casos, de publicação extensiva.

Em 1496, no quadro de uma política de uniformização religiosa empreendida por D. Manuel I, a comunidade islâmica foi obrigada a converter-se ao Cristianismo, sob pena de ser forçada a partir do Reino, ordem que abrangeu também os judeus existentes em Portugal. É difícil avaliar o volume de indivíduos que permaneceu ou partiu para outras paragens, havendo referências documentais às duas situações (Barros, 1998, pp. 152-157). É certo que no ano seguinte foram doados os terrenos onde se localizava o almocávar ao município da cidade e ao hospital Real de Todos-os-Santos, levando à profanação das campas e impulsionando-se as construções nas proximidades e mais tarde sobre o antigo espaço de enterramento islâmico, verificando-se uma completa desconsagração e consequente omissão na memória nas gerações seguintes. Em 1682, este espaço era mesmo reservado pelo concelho para despejo de entulhos da cidade (Farinha, 1932, pp. 6-8).

A verdade é que o bairro não perdeu a sua vocação de produção cerâmica, como o próprio topónimo Olarias nos indica claramente. Toda a área Norte e Oeste do castelo de São Jorge era fértil em argila vermelha (Sebastian, 2010, p. 212), o que certamente contribuiu para a fixação de oleiros e oficinas de cerâmica desde finais da Idade Média e ao longo de toda a Idade Moderna. Aqui se regista documentalmente o “Bairro das Olarias” pelo menos a partir do século XVII, as olarias orientais de Lisboa, também denominadas como do “Monte de S. Gens”, da “Senhora do Monte”, dos “Anjos”, ou da “Graça”, como sintetiza Luís Sebastian na sua tese sobre a produção de faiança em Portugal (2010, p. 91-92). O mesmo autor compulsa documentação passível de permitir uma localização mais concreta, rua por rua, das áreas oleiras existentes durante este longo período, arrazoado que seguimos com vista à integração dos achados arqueológicos agora identificados (Sebastian, 2010, pp. 92-102).

Assim, no *Livro do Lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a el-rei nosso senhor o ano de 1565*, publicado por Vergílio Correia, entre as ruas arroladas com presença de oleiros nesta área observa-se uma expressiva concentração na «Rua de Lombada

ao pé de Nossa Senhora do Monte», logo seguida pela «Rua Direita dos Oleiros» e «Rua da Olaria», «começando da rua Direita dos Anjos até Nossa Senhora do Monte» (Sebastian, 2010, p. 93). Estes dois topónimos parecem poder identificar-se com as actuais Rua das Olarias e Largo das Olarias, embora de forma imprecisa.

Um segundo elemento diz respeito aos testamentos de artífices ceramistas entre os anos de 1603 e 1719, recolhidos por José Queirós (20024, pp. 449-458). Em termos gerais, “a maior concentração de oleiros regista-se de longe para a designação genérica de «às Olarias», ou «às Olarias, aos Anjos», seguida por «Atrás dos Lagares das Olarias”, havendo referências a seis artífices moradores na «Rua Larga das Olarias» e três na «Rua das Olarias» (Sebastian, 2010, p. 96). A identificação toponímica parece-nos neste caso evidente, correspondendo a «Rua Larga das Olarias» ao actual Largo das Olarias, como se vê na planta da freguesia de São José de 1780 (Santana, 1976, pp. 86-87), que apresenta aliás um traçado desta artéria assaz idêntico ao da planta de 1650 de João Nunes Tinoco, numa assinalável permanência urbanística que compreende a época em estudo. Uma descrição do bairro de 1762 confirma esta atribuição, afirmando-se aliás que o topónimo remonta a 1660, tendo-se gorado o intento de lhe atribuir a designação de São Jorge, aquando da criação da freguesia com o mesmo nome (Farinha, 1932, pp. 9-10). Nesta área denominada genericamente como «Olarias», ou apontando para aqueles topónimos específicos, foram listados oleiros, oleiros de louça vermelha, mestres oleiros, mestre oleiro de louça branca e pintor de louça branca, o que nos remete para as produções não-vidradas de barro vermelho, mas também para objectos cobertos de vidro estanífero com pintura.

Por fim, referem-se dois róis de confessados da freguesia dos Anjos, um de 1633, publicado pelo Padre António Lourenço Farinha (1932, p. 18), outro de 1637, inicialmente dado à estampa por Vergílio Correia (1918, pp. 534-536). É clara nos dois documentos a “maior concentração de oleiros na «Rua Larga das Olarias», ou «Rua Larga dos Oleiros», que não deixou de se acentuar entre as duas datas. De concentração mediana em 1633, a «Rua Direita das Olarias», ou «Rua Direita-Boi Feroso» destaca-se em 1637 como segundo maior ponto de concentração, aparentemente em detrimento de outras localizações, como a «Calçada (de Santo André) abaixo», «Terrei-

rinho», «Rua da Oliveira», «Rua dos Almocreves» e «Beco das Amoreiras», ou «Beco da Amoreira», que vêm o seu número de olarias baixar” (Sebastian, 2010, pp. 100-102). Assim, a partir dos números apresentados nestes róis, chegamos à conclusão que no actual Largo das Olarias estavam estabelecidos 35% a 39% da totalidade dos oleiros desta zona da cidade, ficando a grande distância a actual Rua das Olarias, com 8% a 12% do total. Parece também evidente uma paulatina concentração deste ofício em torno destas duas artérias, cuja designação reporta mais imediatamente para o ofício de produção cerâmica, bem como uma paisagem de oleiros “ocupando ruas completas”. É sugestivo o quadro traçado de oficinas caseiras em que “cada proprietário de olaria habitava na sua casa, ao mesmo tempo oficina e tenda, a qual possuía anexo, no quintal, um forno para cozer a louça”, residindo ali uma série de artífices do mesmo mister (Correia, 1918, p. 533). Os achados arqueológicos agora efectuados podem inscrever-se nesta realidade, que urge continuar a investigar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de arqueologia preventiva e num espaço circunscrito do núcleo central do bairro da Mouraria de Lisboa foram registadas quatro fornos de cerâmica em relativo bom estado de conservação. Todos tinham plantas ovaladas e dimensões limitadas, apresentando estruturas compostas por duas câmaras, a de combustão e a de cozedura, separadas por grelhas assentes em arcos, acedendo-se à fornalha através de corredores compostos por arcos de tijolo. Afastam-se, assim, da tipologia mais comum de fornos cerâmicos de produção em larga escala típicos da Idade Moderna, embora tenham paralelo em estruturas deste período, numa solução que, com os dados disponíveis, parece ser de transição entre as velhas estruturas medievais, que haviam pululado neste bairro, e as formais mais modernas, de que se não se tem registo arqueológico em Lisboa. Os fornos sucedem-se, provavelmente em três fases de ocupação, evidenciando o dinamismo e continuidade desta actividade.

As estruturas de combustão estavam repletas de aterros resultantes da actividade oleira, seja destes, seja de fornos contíguos que não se preservaram. Embora aqui não se apresente mais de que um pequeno conjunto dos achados cerâmicos recolhidos, carecendo-se de uma análise cuidada dos achados de

cada unidade estratigráfica, podemos avançar com os tipos de produções que, no seu conjunto, foram aqui registados, identificados através de peças defeituosas ou em estágio intermédio do processo de fabrico. Por um lado, registou-se uma interessante produção de faiança fabricada com barros claros, vidrada a branco estanífero e decorada a azul, onde se vislumbram materialmente as influências exógenas que marcaram o desenvolvimento desta produção em Portugal. No pequeno grupo de peças aqui analisadas a matriz oriental aparece de forma marcante, denotando-se também as mudanças de gramática decorativa e formal que se operaram na porcelana chinesa a partir do último quartel do século XVI. Será interessante aprofundar o impacto destas alterações estilísticas na faiança portuguesa, que parece estar muito actualizada na mimetização de “novos padrões”, mas que também apropria e recria novas linguagens para motivos decorativos “antigos”. No momento, e pela confluência da análise artística com a de paralelos noutros arqueossítios, a produção deste conjunto enquadra-se entre finais de Quinhentos e as primeiras décadas da centúria seguinte. Abundam, por outro lado, as cerâmicas domésticas não-vidradas de barro vermelho, de uso maioritariamente doméstico, com uma ampla diversidade utilitária de formas. O seu enquadramento cronológico carece ainda de aprofundamento, mas as produções enquadram-se numa tradição oleira secular já verificada noutros arqueossítios da Mouraria, nem todos publicados, surgindo aliás em vastos contextos de consumo da cidade de Lisboa, que aqui não apontamos. Em todo o caso, pela sua associação à faiança e por pontuais paralelos, julgamos poder enquadrar estas produções na segunda metade do século XVI e nas primeiras décadas da centúria seguinte. Quanto ao pequeno conjunto de cerâmica doméstica vidrada plumbífera carece ainda de estudo, a fim de se avaliar a sua efectiva produção no local. Não temos, pois, cronologia de laboração dos fornos, mas os materiais que correspondem ao momento de abandono apontam para os finais do século XVI e primeiras décadas da centúria seguinte.

Os resultados destes achados, a par dos progressos para a disciplina arqueológica – sempre carente de locais de produção cerâmica –, permitem conhecer melhor a actividade oleira do bairro da Mouraria na época moderna, até ao momento circunscrita essencialmente aos dados da esparsa informação documental recolhida. Esta área da cidade tem tradição

neste mester desde finais da Idade Média, quando aí se fixou a comunidade muçulmana da cidade que permaneceu após a conquista cristã. É mal conhecida a evolução do bairro após a conversão forçada ou expulsão decretada por D. Manuel I, mas a continuidade da actividade oleira está claramente documentada arqueologicamente. Estas descobertas dão densidade ao topónimo da área onde se localizam, o Largo da Olarias, que ao longo da época moderna tendeu a centralizar esta actividade na economia do bairro, a par da contígua Rua das Olarias, uma continuidade que achados mais recentes parecem confirmar.

## BIBLIOGRAFIA

ALBA, Miguel (2008) – Evidencias arqueológicas del barrio alfarero de Mérida durante is siglos XV, XVI y XVII. In *4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval – métodos e resultados para o seu estudo: actas das Jornadas realizadas em Tondela de 24 a 27 de Outubro de 2000*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 143-155.

ALMEIDA, Sara; GONÇALVES, Ana; TEICHENER, Felix; SCHIERL, Tomas (2008) – A olaria quatrocentista da Porta da Alagoa: resultados das intervenções arqueológicas no Antigo Palácio dos Sepúlvedas (Évora). *Arqueologia Medieval*. Porto. 10, pp. 201-213.

AZEVEDO, Pedro A. de (1899/1900) – Do Arreiro à Mouraria. *O Archeologo Português*. Lisboa. V, pp. 212-224 e 257-279.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (1998) – *A Comuna Muçulmana de Lisboa: séculos XIV-XV*. Lisboa: Hugin.

BATALHA, Luísa; CAMPÔA, Andreia; CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel (2012) – Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. II, pp. 951-962.

BLANCO, A. G.; SÉIQUER, G. M. (1993) – La tradicion en la tecnologia alfarera: problemas teóricos y consecuencias practicas de la comparacion entre dos hornos del mesmo tipo, uno romano (La Maja, Calahorra – La Rioja) y outro del siglo XVII (Plaza de San Agustin, Murcia). *Revista de Verdolay*. Murcia. 4, pp. 139-152.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001) – Arabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval*. Porto. 7, pp. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; TINTURÉ, Antónia; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel Prudêncio (2009) – La production céramique islamique à Lisbonne: conclusions d'un Project d'investigation. In ZOZAYA STABEL-HANSEN,

Juan; RETUERCE VELASCO, Manuel; HERVÁS HERREIRA, Miguel Ángel; GARCÍA, Antonio de Juan (ed.) – *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, tomo I, pp. 373-398.

CARREIRA, Carlos (2005) – *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, pp. 351-367.

COELHO, Inês Pinto; TEIXEIRA, André (no prelo) – Glazed pottery production from Mata da Machada, Barreiro (Portugal). In *Proceedings of the 11th Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics*. Ankara: Koç Üniversitesi.

COLL CONESA, Jaume (2009) – La producción cerámica medieval: un balance entre el mundo islámico y el feudal. El caso del área valenciana. In GARCÍA PORRAS, Alberto (ed.) – *Arqueología de la Producción en Época Medieval*. Granada: Alhulia, pp. 211-257.

COLL CONESA, Jaume; GARCÍA PORRAS, Alberto (2010) – Tipologia, cronologia e produzione dei forni per ceramica in al-Andalus. In *Atti XLII Convegno Internazionale della Ceramica. Fornaci: tecnologie e produzione della ceramica in età medievale e moderna*. Savona: Centro Ligure per la Storia della Ceramica, pp. 25-44.

CORREIA, Miguel (2005) – Um forno de produção cerâmica dos séculos XV/XVI em Alcochete. *Musa: museus, arqueologia & outros patrimónios*. Setúbal. 2, pp. 67-73.

CORREIA, Vergílio (1918) – Oleiros e pintores de louça e azulejo, de Lisboa. *Atlântida*. Lisboa. 29-30, pp. 531-540.

FARINHA, P. António Lourenço (1932) – *Notícia Histórica do bairro das Olarias (Lisboa)*. Cucujães: [s.n.].

FERNANDES, Isabel Cristina F.; A. Rafael Carvalho (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval – métodos e resultados para o seu estudo: Actas das Jornadas realizadas em Tondela de 22 a 25 de Março de 1995*. Porto: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.

GOMES, José Pedro (2011) – *Faiança Portuguesa na Capital do Brasil Seiscentista*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).

- GÓMEZ-PACCARD, Miriam; TEMA, Evdokia; MCINTOSH, Gregg; LEITÃO, Manuela (2014) – Full-vector archeomagnetic and rock-magnetic results from Portuguese kilns. *Geophysical Research Abstracts: European Geosciences Union General Assembly 2014, Vienna, 27 April – 02 May, 2014*. Viena. 16, EGU2014-7069-1.
- KRUS, Alexandra; MANSO, Cláudia (2016) – A faiança portuguesa: testemunhos de produção oleira na Rua das Madres (Santos-o-Velho, Lisboa). In GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia; GOMES, Mário Varela, ed. – *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries)*. Lisboa: IAP, pp. 13-26.
- MARCHESI, Henri; THIRIOT, Jacques; VALLAURI, Lucy; LEENHARDT, Marie (1997) – *Marseille, les ateliers de potiers du XIII<sup>e</sup> siècle et le quartier Sainte-Barbe, V<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles*. France: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo (2012) – Rua do Benfornoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente). In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. I, pp. 123-134.
- MATOS, Maria Antónia Pinto de (1996) – *Cerâmica Chinesa da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- NUNES, Tiago; FILIPE, Iola (2012) – Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. I, pp. 141-150.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário (1993) – A Mouraria de Lisboa no século XV. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, pp. 191-209.
- PAIS, Alexandre Nobre (2012) – *“Fabricado no Reino Lusitano O que antes nos vendeu tão caro a China”: A produção de faiança em Lisboa, entre os reinados de Filipe II e D. João V*. Tese de doutoramento apresentada na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, Porto (policopiado).
- QUEIRÓS, José (2002) – *Cerâmica Portuguesa e Outros Estudos*. Lisboa: Editorial Presença.
- SANTANA, Francisco, ed. (1976) – *Lisboa na 2<sup>a</sup> Metade do Século XVIII. Plantas e descrições das suas freguesias*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SEBASTIAN, Luís (2010) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SEBASTIAN, Luís (2012) – Faiança Portuguesa: Centros Produtores, Matérias, Técnicas de Fabrico e Cristérios de Distinção. In TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José (coord.) – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM, vol. II, pp. 937-950.
- TORRES, Cláudio (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. In AMIGUES, François; BAZZANA, André (ed.) – *Fours de Potiers et “Tessares” Médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Madrid: Publications de la Casa de Velázquez (Série Archéologie XIII), pp. 131-141.
- TORRES, Joana Bento (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- TRINDADE, Rui (2009) – *A produção de louça no Reino de Portugal século XII aos meados do século XVI: leitura para uma visão de conjunto*. Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).



Figura 1 – Localização da intervenção arqueológica, no Largo das Olarias n<sup>os</sup> 19-23 e Travessa do Jordão n<sup>os</sup> 1-15 (Mouraria, Lisboa).

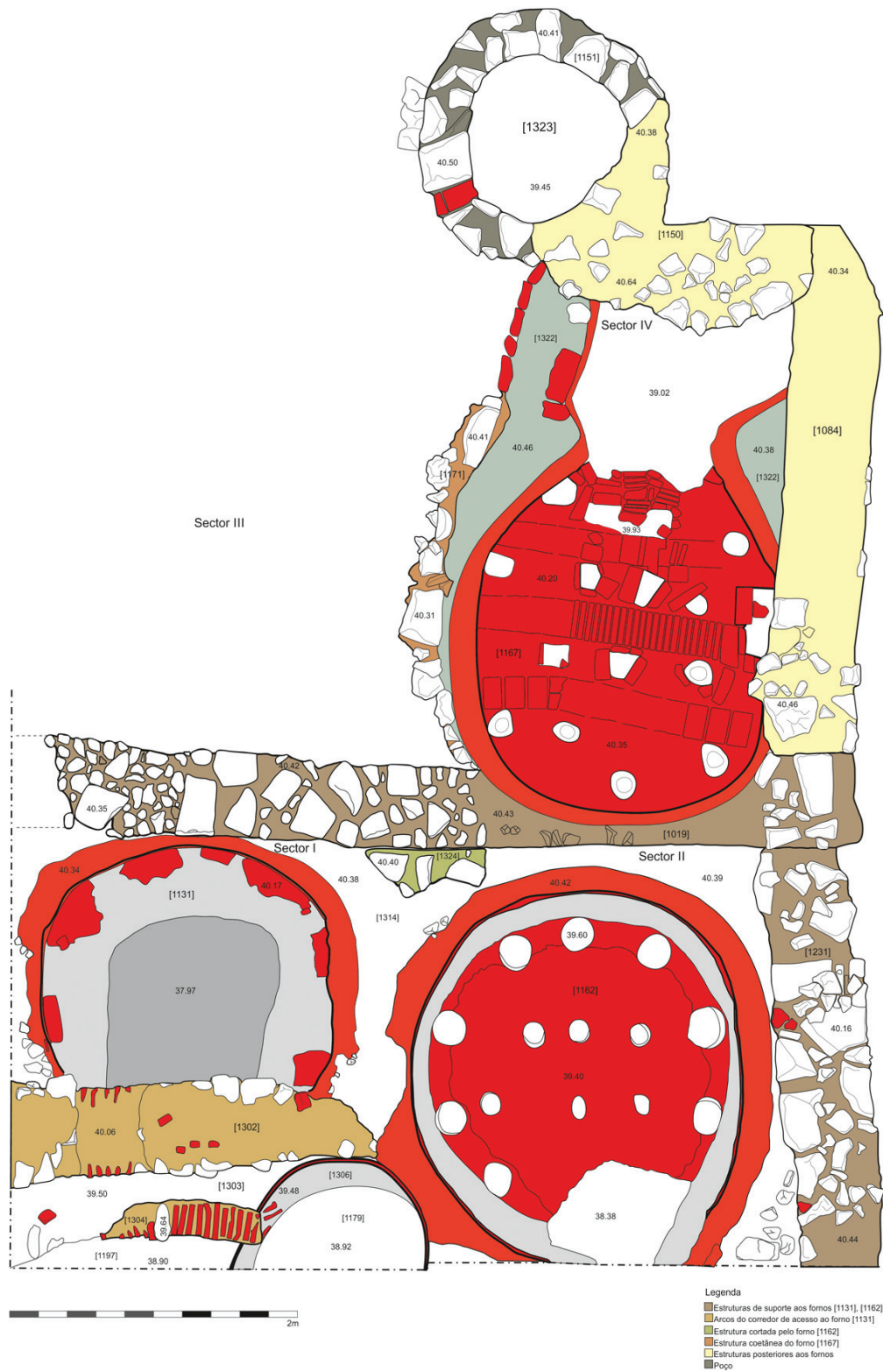


Figura 2 – Sectores da intervenção arqueológica e estruturas detectadas.



Figura 3 – Os fornos [1167], [1131] e [1162].



Figura 4 – O corredor do forno [1131], truncando a câmara de combustão do forno [1306].

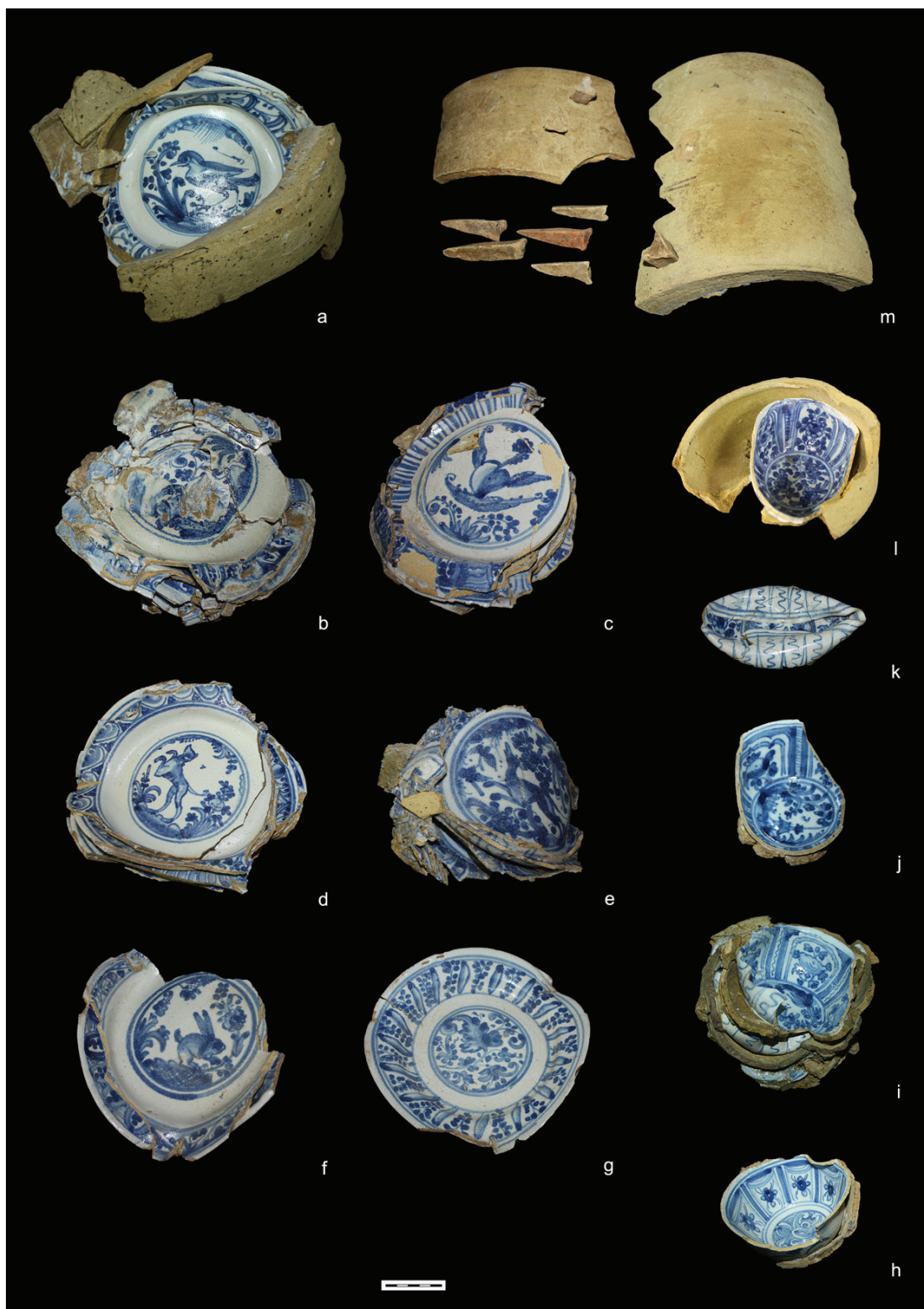


Figura 5 – Faianças, caixas e cravilhos recuperados no sítio arqueológico.

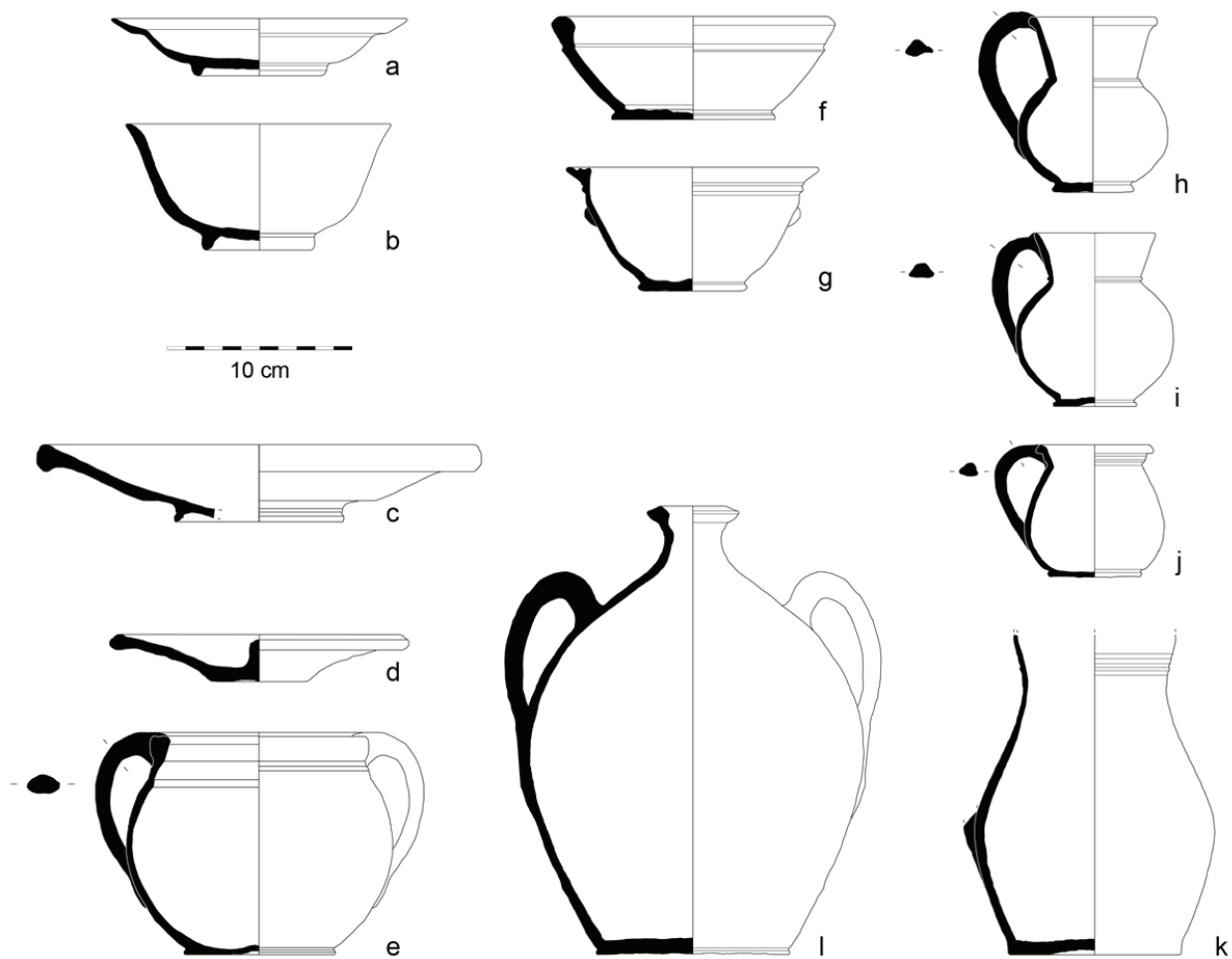
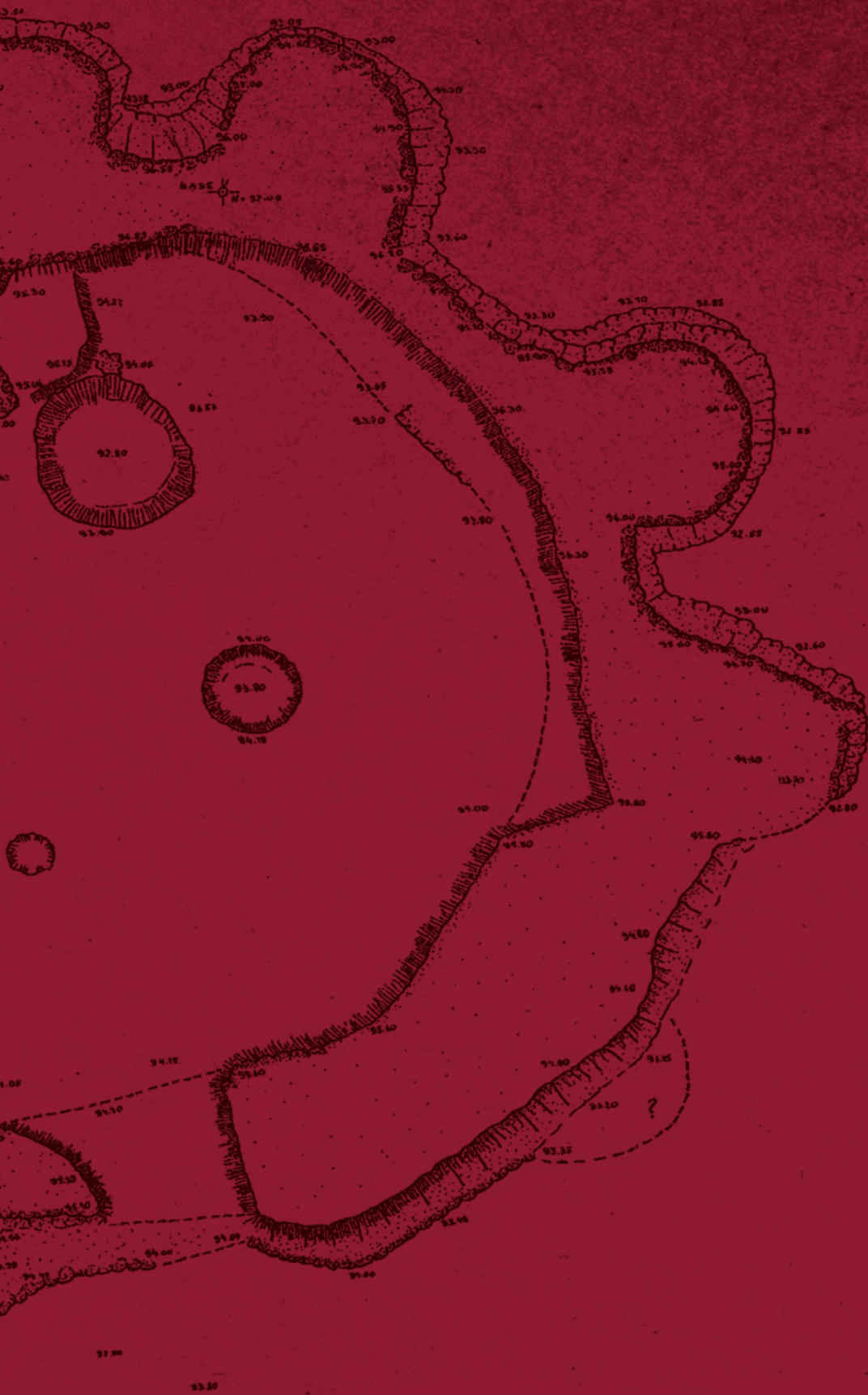


Figura 6 – Cerâmica não-vidrada e chacota de faiança do forno [1131].



Patrocinador oficial